

O JORNAL NOVO, A REVOLUÇÃO E A LIBERDADE DE IMPRENSA

PEDRO MARQUES GOMES

INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (IHC/ FCSH-UNL)

Resumo

Neste artigo, analisamos os contextos político e mediático em que surgiu o *Jornal Novo* (em Abril de 1975) para, assim, melhor entendermos as suas particularidades e os seus objectivos enquanto actor relevante nesse ano. Concluímos, através da análise do seu conteúdo, que o *Jornal Novo* tomou posições claras contra o controlo dos média, sendo um activo defensor da liberdade de imprensa num momento particularmente complexo da revolução portuguesa, o «Verão Quente» de 1975.

Palavras-Chave: *Jornal Novo*; Revolução; Controlo dos Media; Censura; Liberdade de Imprensa.

Abstract

This article analyses the political and mediatic context in which the *Jornal Novo* aroused (April 1975) to better understand this newspaper's particularities and purposes as relevant inter-venient that year. Through the analysis of its content, we hereby conclude that this newspaper assumed assertive positions against the media control, as an active defender of freedom of press in a particular complex moment of the portuguese revolution, known as «hot summer» of 1975.

Keywords: *Jornal Novo*; Revolution; Media Control; Censorship; Freedom of Press.

Um ano após a revolução de 25 de Abril de 1974, vivia-se o período de maior radicalização do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Os acontecimentos multiplicavam-se a um ritmo vertiginoso, as vendas dos jornais subiam consideravelmente e a luta pelo controlo do seu conteúdo intensificava-se (Mesquita, 1994a; Cádima, 2001). Neste contexto, o *Jornal Novo*, ao distanciar-se da tendência monolítica que caracterizava a imprensa estatizada, assumia um papel relevante, sobretudo no chamado «Verão Quente» de 1975.

Neste trabalho, procuramos identificar as principais particularidades do *Jornal Novo*, olhando para os contextos político e mediático em que este vespertino surgiu, em Abril de 1975. Analisamos ainda, especificamente, os artigos nos quais revelou posições sobre várias tentativas de controlo dos média que chegaram ao domínio público, bem como acerca da liberdade de imprensa em concreto, uma das principais conquistas de Abril e, não por acaso, uma das questões que mais chamou a atenção estrangeira em relação aos acontecimentos do Portugal revolucionário (Maxwell, 1999).

A Imprensa após a Revolução

Tentando sintetizar o panorama dos meios de comunicação social entre 1974 e 1975, Mário Mesquita sustenta que, *grasso modo*, existiu uma confrontação entre três correntes distintas. A primeira dizia respeito aos “herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios” através da utilização de “formas de repressão administrativa *a posteriori*” (multas e suspensões); a segunda corrente abrangia os “defensores de teses revolucionárias e vanguardistas”, sendo estes, “paradoxalmente”, favoráveis “à adopção de formas de censura *a posteriori*”; por fim, a terceira corrente era constituída pelos “partidários de concepções pluralistas do sistema de comunicação social”, defendendo uma “ausência de formas de repressão administrativa, ficando os órgãos de comunicação social sujeitos apenas à apreciação jurisdiccional” (Mesquita, 1994a: 360-361).

Efectivamente, o período que se seguiu à Revolução de Abril de 1974 foi marcado, no que diz respeito ao sector da Informação, por uma luta intensa pelo controlo dos órgãos de comunicação social – assumindo grande protagonismo os defensores das teses revolucionárias e vanguardistas – o que originou múltiplos conflitos, envolvendo sobretudo os trabalhadores do sector e os centros de poder político-militares. Estava em causa a definição do tipo de regime a implementar em Portugal e os média afiguravam-se como uma peça fundamental para as diversas forças em presença chegarem à opinião pública.

Com o derrube do Estado Novo, a censura prévia foi abolida. Em paralelo, as direcções e administrações de grande parte dos jornais são substituídas, elegendo-se simultaneamente Comissões de Trabalhadores e Conselhos de Redacção, onde “principiam os jornalistas e, em certos casos, outros trabalhadores a exercerem uma influência determinante sobre o que é publicado, bem como a designarem ou vetarem os directores e os chefes de redacção”¹. Naturalmente, o jornal *Época*, que funcionava como órgão oficioso do regime deposto, e o *Novidades*, órgão do episcopado, foram suspensos. Seguem-se, em Maio, um duro conflito entre os trabalhadores e a administração do *Século* e, em Agosto, o início de uma greve de trabalhadores do *Jornal do Comércio*, exigindo a demissão do director e administrador do jornal.

Tal como preceituado no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), é nomeada nesta altura uma Comissão Ad-Hoc, composta por militares, para “salvaguarda dos segredos dos aspectos militares e para evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões dos meios ideológicos mais reaccionários”², acabando por sancionar vários jornais nacionais e regionais até à aprovação da Lei de Imprensa, em Fevereiro de 1975. As reacções de órgãos de comunicação social contra as sanções aplicadas pela Comissão Ad-Hoc, nomeadamente a jornais como o *República* ou *A Capital*, não tardaram a surgir, levando, em última análise, a “fracturar-se o apoio dos órgãos de comunicação social ao MFA”. No fundo, como refere Joel da Silveira, era “visível o «melting pot» ideológico no seio do MFA e a existência de sectores conservadores sem cultura democrática e sem sensibilidade para entenderem a opinião pública e o significado do espaço público” (2011: 120).

Em suma, podemos dizer que os conflitos que surgiam e causavam forte instabilidade no interior das empresas jornalísticas, aliados à falta de preparação dos jornalistas para exercer a profissão (muitos deles escolhidos tendo em conta a sua militância política), especialmente quando o tipo de informação que lhes chegava era tão complexo como o momento político-social que o país atravessava, vai fazer com que os média, na fase inicial do processo revolucionário, se confundam com “um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão” (Mesquita, 1994a: 363).

1975: Um ano de grande agitação

No ano de 1975, os acontecimentos foram-se multiplicando, acentuando a agitação que se vivia no país. Desde logo, a tentativa de golpe de estado desencadeada por António de Spínola, a 11 de Março; depois, a institucionalização do poder militar, através da criação do Conselho da Revolução (CR), e o pacto negociado por este e pelos principais partidos políticos, assumindo uma via socializante para o futuro do país. O CR passava a ser apresentado como o motor do processo revolucionário, ao mesmo tempo que se acentuavam as facções no interior do MFA, com vantagem inicial para a facção afectada ao primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, e ao Partido Comunista Português (PCP). Outros aspectos poderiam ainda ser salientados para ilustrar as alterações que se verificaram a nível político-militar e a sua complexidade. Todavia, algo parece certo: iniciava-se um novo período no processo de democratização, no qual, “no plano civil, os comunistas procuram implantar uma via revolucionária distinta da via eleitoral” em harmonia com a “facção gonçalvista do MFA”, no plano militar (Reis, 1993: 41).

A comunicação social não foi alheia ao clima efervescente que se vivia, envolvendo-se em várias polémicas ao longo do ano. Apenas alguns exemplos: o conflito em torno do jornal *República*, que rapidamente ganha uma dimensão internacional, a greve e ocupação da *Rádio Renascença*, os saneamentos no *Diário de Notícias*, *RTP*, *Emissora Nacional* e noutros órgãos³ e os projectos de repressão administrativa - «Projecto Jesuíno» e «Lei da Censura Militar» - que, embora com algumas características distintas, pretendiam recuperar a ideia de uma comissão de análise aos meios de comunicação social, com poderes para aplicação de multas e pena de suspensão dos jornais. Todos estes episódios acabaram por contribuir para uma ampla discussão sobre a liberdade de imprensa em Portugal, que rapidamente ultrapassa os limites do sector.

Refira-se que muitos dos “pressupostos” para o chamado «Verão Quente» de 1975 – em que alguns dos episódios atrás mencionados ocorrem ou se agudizam – “tinham começado na Primavera, na sequência das medidas «revolucionárias» lançadas pelos vencedores do 11 de Março” (Figueira, 2007: 77). Uma dessas medidas foi, sem dúvida, a nacionalização da Banca. De facto, aquela que foi, como observa Maria Inácia Rezola, “uma das mais importantes e directas consequências do 11 de Março” (2006: 151) originou alterações relevantes na imprensa nacional. Vários jornais dependiam de bancos e passaram, assim, para o sector público, assistindo-se a partir daí a uma intensificação das lutas pelo controlo da imprensa, como refere o próprio relatório do Conselho de Imprensa:

É sobretudo na primeira fase do período entre o 11 de Março e o 25 de Novembro que se acentua a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afectos ao Partido Comunista Português e a organizações de extrema-esquerda.

A actuação de grupos ou de comissões de trabalhadores foi o principal instrumento daquela influência ou manipulação partidária, agindo no mesmo sentido o alargamento drástico da intervenção estatal na maior parte da imprensa diária, na medida em que o próprio Estado também era influenciado pelas teses de forças comunistas.

A informação estatizada (e alguma informação privada) caracterizou-se, nessa altura, por um tom monolítico e, em alguns casos, propagandístico (...).⁴

A luta pelo controlo dos média assumia, neste momento, níveis que até então não alcançara. Sobretudo por esse motivo, a partir de Abril surgem novos jornais, que, apesar de pertence-

rem a várias áreas políticas, tinham como “denominador comum o combate ao «gonçalvismo»” (Mesquita, 1994: 379). São os casos do *Jornal Novo*, nascido a 17 de Abril, dos semanários *O Jornal* (2 de Maio) e o *Tempo* (29 de Maio) e do vespertino *A Luta*, surgido a 25 de Agosto, entre outros. Em suma, como defende António José Telo, estava a surgir um “movimento de fundo que altera em poucas semanas o panorama dos órgãos de comunicação social” e a imprensa, que era “cinzenta, uniforme, monocórdica e estatizada no começo do Verão Quente, apresenta um panorama muito diferente no fim do ano”, com os novos jornais a afirmarem-se num “crescimento pujante” e apresentando uma “coloração diversificada” (2007: 129-130).

O *Jornal Novo* e a sua “vocação socialista”

O primeiro número do *Jornal Novo* chegava às bancas no dia 17 de Abril de 1975. No seu primeiro editorial, o director, Artur Portela Filho (vindo do *Diário de Lisboa* e antigo colunista do *República* e do *Jornal do Fundão*), situava o jornal ideologicamente: “Porque cremos que a via socializante é a via mais eficaz, e mais rápida, para a construção de uma sociedade livre, justa e próspera, *Jornal Novo* é um jornal de vocação socialista”. Ainda nesse texto, esclarecia que o periódico se iria bater “pela defesa, pela afirmação, pela criatividade da revolução portuguesa”⁵.

Apesar desta ideia de defesa da revolução, patente no texto de Artur Portela, e de grande parte do corpo redactorial do jornal ser constituído por jornalistas de esquerda, como Mário Betencourt Resendes, António Mega Ferreira, António Ribeiro e Mário Mesquita (tendo este último deixado o jornal por ter sido eleito deputado na Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista), a sua administração era claramente composta por personalidades conservadoras. Grande parte dos onze proprietários do *Jornal Novo* tinha ligações à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a estrutura patronal, à época, mais relevante. Um dos seus administradores, Carlos Robalo, veio, inclusivamente, a ser deputado pelo Centro Democrático Social (CDS).

Ainda que, pelo menos aparentemente, pudesse existir algum conflito de interesses entre administração e redacção, a verdade é que o jornal situou-se ao longo do ano próximo da ala moderada do MFA, adquirindo uma grande importância nos conturbados meses de Verão e atingindo rapidamente elevadas tiragens (uma média de 70 mil exemplares). Exemplos do seu importante papel são a publicação, em exclusivo, do «Documento dos Nove», da carta aberta de Mário Soares ao Presidente da República Costa Gomes e do «Projecto Jesuíno». Paralelamente, as célebres fotomontagens publicadas na primeira página, muitas delas partindo de caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro, em que políticos e militares eram o principal alvo, os editoriais do director e os notáveis textos dos colaboradores (figuras como Eduardo Lourenço e Vitorino Magalhães Godinho, entre outros) faziam com que o *Jornal Novo* se distinguisse claramente no panorama mediático nacional. Talvez por isso, João Figueira o considere “uma das vozes mais irreverentes, mas ao mesmo tempo mais escutadas, fora dos campos extremados e pouco dialogantes da esquerda ou da direita” (2007: 161).

Refira-se que também a nível interno o *Jornal Novo* apresentava algumas especificidades. Além dos “altos salários face à restante imprensa” e do “desafogo económico” (Silveira, 2011: 158), os estatutos da sociedade proprietária do jornal conferiam ao Conselho de Redacção direitos como o “veto na transmissão de acções”, o “de intervir na admissão e despedimento de jornalistas”, o “de confirmar a eleição do presidente do Conselho de Administração, do administrador delegado e do presidente do Conselho Fiscal”, entre outros⁶. Na prática, era concedido aos jornalistas um poder pouco habitual nas empresas jornalísticas, num esforço do *Jornal*

Novo de garantir a independência do corpo redactorial não só face aos centros de poder político-militares, como também no seio da própria empresa.

No que diz respeito ao conteúdo, a análise levada a cabo por João Figueira sobre o «Verão Quente» de 1975 revela que o vespertino “assumiu sempre uma solução de esquerda”: “Embora anti-gonçalvista, criticou sempre com pinças o PCP, uma vez que toda a linha editorial apontava para uma solução política de unidade de esquerda” (2007: 88). O investigador conclui ainda que o periódico “definiu o PS e Mário Soares como as traves-mestras pelas quais passaria a solução política do país”, optando por “aproveitar os seus espaços na defesa das causas próprias, sem prejuízo, claro, de efectuar alguns ataques; mas a actuação predominante foi a de dar a maior atenção aos seus, à sua esfera de influência e de pensamento”. Por isso, parece não restarem dúvidas de que o *Jornal Novo* foi um actor político “sem equívocos”: “socialista, defensor de uma unidade de esquerda e suporte principal do Documento dos Nove” (2007: 190-191).

O próprio director do *Jornal Novo* corrobora esta ideia, acrescentando ainda que o vespertino “era mais um jornal de agitação, de criação e de diálogo, mas também polémica, do que um jornal instrumentalizado ou instrumentalizável”. Nesse sentido, Portela Filho esclarece, em entrevista a João Figueira: “Estávamos a lutar por causas justas. Era o jornalismo como arma, como instrumento leal, não com o objectivo de assassinar” (Figueira, 2007: 209). Uma dessas causas foi, como veremos de seguida, a liberdade de imprensa.

A defesa da liberdade de imprensa nas páginas do *Jornal Novo*

Apresentando-se como um “diário de combate para uma informação aprofundada”⁷, o *Jornal Novo* publica, logo na sua primeira edição, uma inédita sondagem precisamente sobre o grau de satisfação dos leitores portugueses em relação aos jornais até então existentes. O panorama revelado pelo estudo era claro e deixava bem patente a necessidade de novos jornais e, sobretudo, que estes adoptassem uma nova atitude relativamente à informação política. Assim, os leitores apresentavam como razões para a sua insatisfação com a imprensa a “insuficiente informação sobre política nacional (43%)”, a “insuficiente informação sobre política partidária (20%)” e a “insuficiente informação sobre política governamental (19%)”. Quanto às características que julgavam ser as de um bom jornal, os inquiridos assinalavam sobretudo: “ser de leitura fácil, para toda a gente (81%)”; “ser imparcial politicamente (53%)” e “ser noticioso (44%)”. Em último lugar nas preferências do público, ficou o facto de “seguir uma linha conservadora (10%)”. Em suma, segundo o *Jornal Novo*, os leitores desejavam uma “imprensa renovada” e, a julgar pelas promessas que fazia, o novo vespertino pretendia contribuir activamente para essa renovação.

Ao longo do ano de 1975, os leitores do *Jornal Novo* foram frequentemente surpreendidos com artigos jornalísticos relativos à temática da liberdade de imprensa, por vezes repudiando duramente as várias tentativas de controlo dos média que chegavam ao domínio público⁸. O próprio jornal chegou a convidar figuras ligadas ao sector para debaterem, em mesa redonda (prática recorrente no periódico em relação aos mais variados assuntos), como foi o caso de um encontro para discutir a questão dos jornais independentes e a Lei de Imprensa, contando com a participação de Raul Rêgo (director do diário República), Francisco Pinto Balsemão (director do semanário Expresso) e Joaquim Letria (director do semanário O Jornal)⁹.

Nos editoriais do *Jornal Novo*, Artur Portela Filho referiu-se várias vezes concretamente à questão da liberdade de imprensa, ficando bem patente a relevância que lhe conferia no processo revolucionário em curso. Para Portela Filho, a liberdade de imprensa devia fazer parte

da revolução de um modo específico, através de uma “forma de adesão que é a solidariedade crítica”. Clarificando a sua posição, escrevia Portela:

Este jornal não luta por belas abstrações.

Para este jornal, a independência e a liberdade de imprensa são, neste país, nesta hora, coisas vazias, ocas, se servirem algo que não seja o interesse mais fundo, mais premente, mais histórico, do povo português – a revolução socialista¹⁰.

Em suma, de acordo com o seu director, ao defender a liberdade de imprensa, o *Jornal Novo* estava também a defender a revolução, uma vez que, para ele, “a liberdade de imprensa não é, apenas, a liberdade de escrever, mas a liberdade de ler. E de ser”¹¹.

Os principais casos que envolveram órgãos de comunicação social e forças político-militares foram amplamente noticiados pelo *Jornal Novo*, que, a propósito de alguns destes episódios, não se coibiu de manifestar as suas posições contra o controlo da imprensa, especificamente através dos editoriais escritos pelo director ou de textos de opinião dos seus colaboradores e de personalidades convidadas especificamente para sobre esses assuntos se pronunciarem.

No início do mês de Maio, o *Jornal Novo*, dando conta de que o conflito entre trabalhadores do *República* impedira a publicação do jornal, fazia já uma leitura sobre a dimensão de um episódio que estava ainda no começo: “Este é, aliás, o caso mais flagrante em que, neste país, uma redacção de jornal se vê impedida de decidir dos problemas que, à luz da lei de imprensa, só a ela diz respeito”¹². A partir de então, os artigos sobre os acontecimentos do *República* passaram a ser recorrentes, levando inclusivamente o director do *Jornal Novo* a esclarecer que não pretendia ocupar o espaço do próprio *República*, que, entretanto, havia sido selado¹³.

Numa carta aberta dirigida ao Ministro da Comunicação Social (Comandante Correia Jesuíno), o director do *Jornal Novo* refere-se ao caso *República* e ao controlo da imprensa em geral. “Ser um jornal independente – que é? É ter o direito de não ser chamado à presença do sr. Jorge Correia Jesuíno e de não ouvir, por uma qualquer notícia sobre esquerdistas e militares, uma reprimenda?”, questionava, incisivo, Portela Filho. Considerando que a imprensa era cada vez mais “um campo de batalha”, insurgia-se exactamente contra essa realidade: “Não se entendeu ainda que esta revolução precisa de uma informação livre das pressões, das coacções, das meias verdades, das demagogias?”¹⁴. Experiente jornalista, Portela Filho tinha perfeita noção do papel que cabia à imprensa no processo revolucionário e em particular ao *Jornal Novo*, que se afastava, como já se referiu, da tendência que percorria a maioria dos jornais estatizados:

Resolvido o país, está resolvida a informação. Mas como a informação ajuda a resolver o país, como a informação é indispensável à manutenção dessa saúde que é a verdade, dessa força que é a inteligência crítica, desse direito que é a alegria, há que garantir, aos meios de comunicação, e nos meios de comunicação, a liberdade que é a sua profissão.

Há que suscitar, dos jornais, e nos jornais a participação da sua exigência, da sua análise, da sua personalidade, e não a inoperância do seu aplauso sistemático, da sua apatia, da sua monotonia¹⁵.

Os acontecimentos em torno do *República* foram, de facto, alvo de particular atenção por parte do *Jornal Novo*, permanecendo em destaque nas suas páginas não só o relato dos seus principais desenvolvimentos, mas também análises às suas implicações, inserindo-o no problema mais vasto do controlo dos média pelas forças em presença. Sobre o assunto, Artur Portela

Filho questionava, no já referido editorial: “Que é o caso «República»? É o PC que quer neutralizar um Rêgo PS? É um Rêgo PS que quer neutralizar uma tipografia PC? É o estrangulamento progressivo da imprensa independente?”. Após organizar um debate relativo a este caso concreto, o *Jornal Novo* toma sobre ele uma posição: “Este jornal sente, dolorosamente, o caso «República» (...). Porque este caso contribui para reduzir as possibilidades da unidade das forças socialistas pela qual nos batemos”¹⁶.

Poucos dias depois, o vespertino publica uma nova carta aberta, desta vez da autoria de Rogério de Freitas e dirigida aos jornalistas portugueses. Criticando a reduzida afluência à Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Jornalistas dedicada especificamente ao caso *República*, Rogério de Freitas alerta para a necessidade de se manter a “voz” daquele jornal no momento que o país atravessava¹⁷. O *Jornal Novo* continuava, portanto, a dar conta do caso que já se havia transformado claramente num caso político. Num editorial intitulado “Liberdade e Seguidismo”, Artur Portela Filho refere mesmo que a imprensa não estatizada estava em risco, o que poderia condicionar o processo revolucionário: “O problema mais grave não está em que este país possa perder, do Sr. Raul Rêgo, a lembrança, do Sr. Francisco Balsemão, a prise, e, do Sr. Artur Portela, o tiro, mas em que esta revolução, perdendo a imprensa independente, se atrase”¹⁸.

A par do caso *República*, outro conflito passava a ocupar as páginas do *Jornal Novo*. A luta laboral que durava há mais de um ano na Rádio Renascença (RR) foi igualmente acompanhada pelo periódico, levando um dos seus colaboradores (mais uma vez, Rogério de Freitas) a considerá-lo, em conjunto com o caso *República*, exemplificativo de que o problema da informação “se tornou num dos grandes problemas desta revolução”¹⁹. O *Jornal Novo* assumia, novamente, uma posição num caso que envolvia outro órgão de comunicação. Tal como fizeram outros jornais, o vespertino decide suspender o serviço da Reuter em solidariedade para com os trabalhadores da RR, visto que a agência deixou de lhes fornecer os seus serviços a pedido da gerência daquela estação, que pretendia dificultar a acção dos trabalhadores que ocuparam as suas instalações²⁰.

Os problemas no interior do *Diário de Notícias* tiveram também destaque no vespertino de Artur Portela, que publicou o polémico documento através do qual 30 jornalistas contestaram a orientação ideológica do diário e deu conta do desenrolar do processo que culminou no saneamento de 22 desses jornalistas. Tratava-se, à semelhança dos casos *República* e Rádio Renascença, de um episódio controverso, em que os contornos políticos se confundiam com os problemas laborais, estando as questões da liberdade de imprensa e do controlo dos média naturalmente presentes nas posições que sobre ele foram sendo tomadas.

A situação de outros órgãos de comunicação social foi igualmente noticiada pelo *Jornal Novo*, embora com considerável menor atenção²¹. Pelo contrário, as políticas para o sector – e, concretamente, algumas declarações do ministro da tutela sobre medidas que previa aplicar – preencheram muitas páginas do vespertino. É o caso da entrevista que concedeu ao *Nouvel Observateur*, reproduzida em parte no *Jornal Novo*, onde o ministro, na sequência do Plano de Acção Política (PAP) do MFA, avança com as hipóteses de colocar militares nas redacções dos jornais e de criar um jornal do MFA. “Talvez tenhamos de pôr militares nas redacções”²², a polémica afirmação foi a escolha do *Jornal Novo* para título da sua notícia, dando conta das várias medidas propostas pelo ministro – entre as quais se incluía ainda a redução do número de jornais e de páginas – e acenando a agitação que há muito se verificava no sector da comunicação social.

O próprio PAP²³, apresentado dias antes e já prevendo algumas destas medidas, levou o *Jornal Novo* a solicitar directamente ao ministro uma clarificação das propostas então apresentadas.

Correia Jesuino, na sua resposta, faz questão de sublinhar que o vespertino, por estar fora do domínio do Estado, não será afectado pelas novas directrizes: “Estamos a pensar que elementos do MFA estejam não só ligados à Administração, mas também à Direcção. Isto no sector nacionalizado. O *Jornal Novo* pode estar perfeitamente descansado que não vamos lá meter militares”²⁴. Porém, apesar desta ressalva, o jornal mantém a sua preocupação com a liberdade de imprensa em Portugal, sendo estas medidas alvo de análise e questionamento nas suas páginas:

Quando se fala lá fora, e isso pela boca dos nossos mais legitimados representantes, que Portugal é o país mais livre do Mundo, as citadas medidas apresentam-se como um desmentido dessas afirmações mais ou menos enfáticas.

(...) Têm, evidentemente, se assim entenderem, o MFA ou o Conselho da Revolução, todo o direito a ter o seu jornal doutrinário, numa tentativa de mobilizar e consciencializar o povo português para a construção de uma sociedade socialista. Mas pluralista, perguntamos nós?

Como conciliar essa posição, sem que uma das tendências implícitas no pluralismo se venha a sobrepor a outras? Onde estão os homens virtuosos, incontamináveis, para fazerem esses jornais?

*Fala-se já na inclusão de militares nas redacções dos jornais. Iremos, assim, ter sargentos, tenentes e capitães como redactores nos nossos diários? Será essa a maneira de resolver certos problemas?*²⁵.

No entanto, talvez o exemplo mais significativo da atitude do *Jornal Novo* perante tentativas de controlo de imprensa tenha sido os inúmeros artigos que publicou contestando o «Projecto Jesuino». Dado a conhecer precisamente pelo jornal, na sua edição de 5 de Agosto – em pleno «Verão Quente» - o projecto era referido como um “grave atentado à liberdade da informação em Portugal”, constituindo “uma peça extremamente reveladora de determinada política e de determinada ética”. O diploma, que, segundo o jornal, saía do gabinete do Ministro da Comunicação Social, pretendia criar uma comissão de análise dos média, composta por militares, com poderes para aplicar multas e penas de suspensão caso se verificassem “práticas condenáveis” por parte dos órgãos de comunicação (“publicação de notícias falsas ou tendenciosas”, “manipulação de notícias”, “violação do direito à informação por parte dos cidadãos”, “adopção sistemática de posições contra-revolucionárias”, etc.).

Tendo em conta as declarações que o próprio Ministro da Comunicação Social prestara dias antes – e que o *Jornal Novo* havia publicado – não era espectável que um projecto desta natureza estivesse a ser preparado. Correia Jesuino dizia-se então espantado com as críticas relacionadas com a falta de liberdade na imprensa nacional, apresentando como justificação para o seu espanto algo que parecia, agora que o novo projecto era divulgado, uma contradição:

*(...) a crítica mais frequente é a falta de liberdade que existe nos nossos órgãos de Informação, coisa que nos espanta visto não termos dispositivos centrais e medidas administrativas que nos permitam coartar essa liberdade de imprensa, ou mesmo liberdade de rádio ou liberdade de televisão*²⁶.

A revelação deste projecto de decreto-lei, mesmo antes de ser discutido no seio do Conselho da Revolução, acabaria por causar uma “explosiva” multiplicação de reacções contra o seu conteúdo e, concretamente no *Jornal Novo*, as opiniões de diferentes personalidades sucederam-se.

Um dos primeiros a debruçar-se sobre o tema, Marcelo Rebelo de Sousa (então subdirector do semanário *Expresso* e deputado à Assembleia Constituinte pelo PPD), dizia tratar-se da “tentação fácil de fugir ao sentido democrático pluralista da Revolução Socialista Portuguesa”, considerando que o projecto-lei visava essencialmente atingir a imprensa privada, já que não parecia fazer sentido a aplicação de multas aos jornais nacionalizados – “seria o Estado a pagar a si próprio” – ou até mesmo optar pela sua suspensão temporária: “que despesa não representaria para o Estado cobrir o funcionamento de um jornal que não publica nada... Dezenas de redactores e tipógrafos a receberem do erário público, gozando das férias de uma suspensão temporária”²⁷.

Por sua vez, Alberto Arons de Carvalho (jornalista e fundador do PS, também ele deputado à Assembleia Constituinte), em artigo publicado nesse mesmo dia, previa que, com a aprovação do diploma, a “autocensura ficará institucionalizada”, pois “o medo da multa, o pavor da suspensão pesarão mais na orientação do jornal que o amor à verdade, objectividade, responsabilidade, pluralismo que se diz criar”. No mesmo sentido, o director do jornal assina um editorial (“Depois de Jesuíno o dilúvio”) repleto de ironia, apresentando aquelas que conclui serem as três consequências da aprovação do projecto:

Primeira: a destruição da liberdade de Imprensa.

Segunda: a destruição da liberdade.

Terceira: a destruição da revolução.

De resto, é um documento estimável.

*Que vem na linha de um Direito ilustre – o Direito Marítimo*²⁸.

No dia seguinte, o jornal deu voz a um dos autores da Lei de Imprensa, o advogado António Sousa Franco, que, em entrevista, faz também duras críticas aos pressupostos do projecto em análise, considerando mesmo que “o momento da sua entrada em vigor será também o exacto momento em que termina a liberdade de Imprensa em Portugal, que teria durado assim uns 15 ou 16 escassos meses”. Deixando bem patente a sua posição contra o conteúdo do projecto, Sousa Franco admite que, por recearem as sanções da Comissão de Análise, os jornalistas deixarão de informar:

*Perante critérios tão vagos, tão difíceis de entender, é evidente que o jornalista, até pela responsabilidade que tem para com o jornal em que trabalha, terá de pensar em cada momento se não está a incorrer em qualquer dos tipos já existentes ou susceptíveis de vir a ser criados. Desde que comece a autocensurar-se, o jornalista deixou de informar*²⁹.

Dando conta de que o «Projecto Jesuíno» já havia chegado à Assembleia Constituinte, o *Jornal Novo* publica o discurso do deputado e jornalista Raul Rêgo, que, sem surpresa (dado o seu passado de luta pela liberdade de imprensa, nomeadamente à frente do jornal *República*) o repudia severamente, interrogando a Assembleia sobre se o mesmo se aproximava mais de um projecto democrático ou ditatorial:

Para onde vamos, para a revolução ou para a ditadura?

É que não há verdadeira revolução que se não faça em liberdade de pensamento e expressão, na confiança de homens nos homens, nem há ditadura que não imponha odiosas

restrições a essa mesma liberdade, sejam elas sob a forma de censura prévia com cortes arbitrários a quanto se publica e diz, ou sob a negra ameaça de multas e suspensões. Daí a pergunta se tal projecto de lei será de uma revolução ou de uma ditadura.

Uma clara provocação à Assembleia, a que o próprio Raul Rêgo dá uma resposta: “Tal regresso à repressão administrativa pura e simples não é de forma nenhuma obra revolucionária. É a reacção pura, arbitrária, começo de qualquer ditadura”³⁰.

Nos dias seguintes, outras figuras de relevo tomavam posições muito semelhantes às já mencionadas, entre elas os directores dos dois mais importantes semanários nacionais: Joaquim Letria, defendendo que o projecto “consegue ser mais maquiavélico que o próprio regime de censura prévia”, e Francisco Pinto Balsemão, considerando-o um “aborto jurídico”³¹. Também os escritores Eduardo Prado Coelho e Vergílio Ferreira se manifestaram criticamente em relação ao projecto de lei. O primeiro, dizendo que “a redacção vaga, liricamente distraída, sucintamente Kegkiana, deste projecto-lei converte-se num documento indiscutível na medida em que não há nada a fazer com ele”³². Já Vergílio Ferreira, à semelhança de outros, não teve dúvidas em afirmar que estava perante “um projecto paradigmático de censura”³³.

A contestação ao projecto-lei era já uma constante em grande parte da imprensa portuguesa, aumentando o descontentamento dos profissionais do sector em relação ao ministro da tutela. Uma das listas candidatas ao Sindicato dos Jornalistas chegou mesmo a organizar uma manifestação em frente ao Ministério, onde se gritaram palavras de ordem como “A censura continua, ministro para a rua”³⁴.

No auge de toda esta contestação, o jornal não deixa porém de publicar também um esclarecimento do Ministério da Comunicação Social sobre o assunto. Esclarecendo que “o texto vindo a lume não coincide com a versão que seria apreciada em conselho”, o comunicado do Ministério fazia um apelo “ao bom senso no sentido de cessarem os comentários e as tomadas de posição relativamente a projectos cujo espírito e letra não são do conhecimento público e que, por isso mesmo, só especulações malévolas permitem condenações apriorísticas”³⁵. A resposta do director do *Jornal Novo* é publicada no mesmo dia. Em mais um contundente editorial, Portela Filho pedia a demissão do ministro Jesuíno, escolhendo uma carismática expressão para título do seu texto: “Obviamente, demita-se”. A “guerra” aberta do *Jornal Novo* às políticas de Correia Jesuíno para a comunicação social atingira assim proporções extremas, sendo o ministro considerado um “erro político”: “O ministro da Comunicação Social deste governo não cometeu, apenas, um erro político. Ele é um erro político deste governo. Manter-se é um erro. Mantê-lo é um erro”³⁶.

Dois semanas após ter dado a conhecer o projecto de lei e de iniciar a contestação ao mesmo, o *Jornal Novo* fazia um balanço das várias posições que já tinham sido assumidas publicamente, sendo óbvia a rejeição que o documento estava a sofrer. Assim, contra o projecto estavam, na área militar, o Grupo dos Nove; no campo político-partidário, o PS, PPD, MRPP e CDS e grande parte da classe de jornalistas.

A verdade é que o «Projecto Jesuíno» nunca chegou sequer a ser discutido em Conselho de Ministros e, embora não possamos garantir que a ampla contestação que sofreu por parte do sector dos média tenha sido a razão principal do seu fracasso, parece inegável que órgãos como o *Jornal Novo* terão pelo menos contribuído para que este projecto de censura *a posteriori* caísse por terra.

Porém, vencida esta “batalha” contra o «Projecto Jesuíno», pouco tempo depois, nova legislação vem relançar a polémica no sector da Informação. O mês de Setembro ficaria marcado, no que aos média diz respeito, pela apresentação de um novo projecto de Lei Constitu-

cional pretendendo limitar a acção dos órgãos de comunicação social. Na linha do «Projecto Jesuíno», a Lei Nº 11/75 (de 9 de Setembro) conferia poderes ao Conselho da Revolução para “aplicar sanções por via administrativa aos órgãos de comunicação social que cometessem actos ou tivessem comportamentos susceptíveis de pôr em risco a disciplina e a coesão das Forças Armadas e o cumprimento dos deveres militares, limitando, também, o acesso às fontes de informação”³⁷. Em suma, com esta lei, o Conselho proibia os órgãos de comunicação social de divulgarem informações relativamente ao campo militar, salvo se provenientes de entidades específicas, prevendo-se, para os infractores, pesadas penas.

A reacção do *Jornal Novo* a estas novas medidas não tardou. Pela pena do seu director, que assina um longo editorial intitulado “Proibir a Revolução”, é manifestado total repúdio pela chamada «Lei da Censura Militar». Com a sua habitual ironia, escrevia Portela Filho:

Interessante Lei Constitucional, a que proíbe esta revolução de o ser.

A intimidade Povo-MFA está, constitucionalmente, proibida.

Se o Povo quer saber o que é que o MFA é, o que é que o MFA quer, o que é que o MFA discute, o Povo não pode.

*Está, constitucionalmente, proibido*³⁸.

As críticas à lei sucedem-se nos diversos órgãos de comunicação social, sendo aprovada uma moção, em Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas, que exige a sua revogação imediata. O *Jornal Novo*, apesar de se ter posicionado contra a legislação e de publicar alguns artigos sobre o tema, esteve longe de lhe dedicar a atenção que, cerca de um mês antes, concedeu ao «Projecto Jesuíno». Porém, a «Lei da Censura Militar» acabaria por ser revogada pelo CR antes mesmo do final do mês.

Entretanto, a 19 de Setembro, toma posse o VI Governo Provisório, liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, assumindo António Almeida Santos a pasta da Comunicação Social. Entre as suas prioridades, encontrava-se a reestruturação da imprensa estatizada, passando a acção do ministro a dominar as notícias sobre o sector. Contrastando claramente com a sua atitude em relação ao anterior ministro, o *Jornal Novo* publica uma longa entrevista com Almeida Santos a propósito da qual conclui que, “com a serenidade que o caracteriza, Almeida Santos parece preparado para as tempestades que o esperam”. Por sua vez, o ministro dava conta da enorme importância da sua pasta naquele momento, referindo que “no problema da informação joga-se o destino da revolução”³⁹.

No *Jornal Novo*, os desenvolvimentos do projecto de reestruturação foram acompanhados com alguma expectativa, já que, tendo em conta as dificuldades pelas quais o sector passava (controlo político, problemas financeiros, etc.), a sua concretização era considerada “urgente”: “A reestruturação do sector da Imprensa é tarefa urgente a empreender (...). Há que encontrar uma saída que garanta a sobrevivência dos jornais e, simultaneamente, a sua independência face ao poder económico e político”⁴⁰. Desta forma, o *Jornal Novo* aproveitava o debate em torno da reestruturação da imprensa para reiterar a sua posição contra o controlo dos média.

Refira-se que o *Jornal Novo* foi também alvo de alguma contestação. Tal como aconteceu com outros jornais, exemplares do vespertino chegaram a ser queimados publicamente, como forma de protesto contra o seu conteúdo, havendo ainda outro tipo de ataques ao jornal, nomeadamente de tipógrafos, que chegaram a recusar a sua impressão (Mesquita, 1994a: 378-379).

No conturbado mês de Novembro os boatos de que estaria a ser planeado um golpe de Estado multiplicavam-se, assim como as iniciativas e mobilizações político-partidárias. O mês de Novembro acabou por resumir-se a “25 dias de provocações permanentes e de preparação para o golpe de Estado há muito anunciado” (Rezola, 2006: 448), tendo a imprensa contribuído para adensar o clima de agitação que se vivia, através da publicação de notícias consideradas alarmistas (que foram, aliás, duramente criticadas).

Neste contexto, Torquato da Luz questionava, nas páginas do *Jornal Novo*, se não se deveria voltar a discutir a necessidade de um código deontológico para os jornalistas⁴¹. Referindo-se em concreto a notícias saídas do *Diário de Notícias* e do *Século*, o comandante da Região Militar do Centro, Brigadeiro Franco Charais, alertava: “só posso concluir que aqueles dois jornais são coniventes na preparação de um golpe reaccionário”⁴². Aproximava-se o 25 de Novembro, um momento que significou o fim do processo revolucionário, o início de um novo momento político, mas também uma mudança no panorama mediático nacional.

Considerações Finais

De acordo com António José Telo, “as primeiras derrotas do gonçalvismo ocorrem justamente na comunicação social” (2007: 130). Para tal, muito contribuiu, sem dúvida, o *Jornal Novo* e a sua via socializante, a que se referia justamente Artur Portela Filho no seu primeiro editorial. Paralelamente, o jornal destacava-se da esmagadora maioria da imprensa da época, essencialmente pela qualidade dos seus artigos, à qual não é alheia a própria qualidade do seu núcleo de colaboradores, e pelas criativas fotomontagens que publicava.

Como pudemos verificar, as questões da liberdade de imprensa e do controlo dos média foram amplamente exploradas nas páginas do vespertino. Casos como o do jornal *República* ou da *Rádio Renascença*, assim como os projectos de leis surgidos no Verão de 1975, levaram o *Jornal Novo* a tomar posições claras contra as tentativas de controlo dos média. Através dos textos do director, de colaboradores ou de figuras convidadas a darem a sua opinião, o *Jornal Novo* foi um activo defensor da liberdade de imprensa, contribuindo, em última análise, para a reflexão mais alargada que, sobre esta questão, se desenvolvia em Portugal, numa altura em que se preparava um novo texto constitucional (no qual esta problemática vem a ter um relevo considerável).

Há, todavia, questões por esclarecer em relação à actuação do jornal e aos propósitos dos que a ele estavam ligados. Apenas um exemplo: as dúvidas em torno do afastamento do director logo após o fim do processo revolucionário. De facto, depois de um período de tensão com a administração, no início de 1976, Artur Portela Filho e José Sasportes, chefe de redacção, são definitivamente afastados do jornal. Sobre o assunto, João Figueira diz-nos que tal inseriu-se numa estratégia “inteligentemente desenhada e montada pelos seus proprietários”. “Se assim não foi”, pergunta Figueira, “porque razão mudaram de director, a seguir ao 25 de Novembro, trocando Artur Portela Filho por Proença de Carvalho, um homem mais conservador e identificado com a linha política do CDS?” (2007: 162). Sem dúvida uma questão polémica e que se mantém ainda hoje em aberto.

¹ Relatório do Conselho de Imprensa (1979), A Imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975), Lisboa: Edição do Conselho de Imprensa, p. 15

- ² Artigo 1º, Decreto-Lei nº 281/74, de 20 de Junho de 1974. Diário do Governo, nº 156 – I Série.
- ³ Sobre alguns destes casos veja-se, por exemplo, Mesquita, 1994b; Mesquita e Rebelo, 1994; Ribeiro, 2002; Santos, 2005; Rezola, 2006; Gomes, 2012.
- ⁴ Relatório do Conselho de Imprensa (1979), A Imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975), Lisboa: Edição do Conselho de Imprensa, p. 43.
- ⁵ Jornal Novo, 17 de Abril de 1975.
- ⁶ Jornal Novo, 17 de Abril de 1975.
- ⁷ Jornal Novo, 17 de Abril de 1975. Nas suas páginas, o jornal anunciava: “Crítico é a voz da democracia. Leia todas as tardes Jornal Novo. Pelo rigor, pela verdade”.
- ⁸ Sobre os relatórios dos acontecimentos de 28 de Setembro e de 11 de Março, especificamente o papel da imprensa nesse contexto, expunha um artigo do Jornal Novo: “É evidente, em qualquer das intenções abortadas, o plano de ocupação dos mais importantes meios de comunicação social. A quem, porventura, duvidasse ainda, isto chegará, certamente, para dar toda a carga de responsabilidade que a informação tem sobre os seus ombros”, Cf. Jornal Novo, 23 de Abril de 1975.
- ⁹ Jornal Novo, 25 e 26 de Junho de 1975.
- ¹⁰ Jornal Novo, 16 de Junho de 1975.
- ¹¹ Jornal Novo, 30 de Julho de 1975. Artur Portela Filho acrescentava, neste editorial: “Defender a revolução contra a liberdade de Imprensa é defender a revolução contra a sua própria qualidade”.
- ¹² Jornal Novo, 3 de Maio de 1975.
- ¹³ Jornal Novo, 26 de Maio de 1975.
- ¹⁴ Jornal Novo, 20 de Maio de 1975.
- ¹⁵ Idem.
- ¹⁶ Na mesa redonda organizada pelo Jornal Novo participaram elementos da redacção do República (Rocha Vieira, Álvaro Guerra, Jardim Gonçalves e Rui Camacho). Cf. Jornal Novo, 22 de Maio de 1975.
- ¹⁷ Escrevia Rogério de Freitas: “Estamos numa revolução. Ainda bem. Mas pensem que ela só poderá vingar se for realizada com verdade nas suas vozes discordantes, críticas, pois é nessa diversidade que está o motor de todas as revoluções. Uma dessas vozes é, sem dúvida, a República. Ela tem de estar na rua hoje, amanhã e sempre, encabeçada pelo nome digno de lutador que sempre foi Raul Rêgo. Que não o esqueçam todos os jornalistas portugueses que não se querem demitir da sua dignidade de homens livres deste país. Amanhã podem vir a arrepender-se”. Cf. Jornal Novo, 30 de Maio de 1975.
- ¹⁸ Jornal Novo, 25 de Junho de 1975.
- ¹⁹ Jornal Novo, 4 de Julho de 1975.
- ²⁰ Jornal Novo, 13 de Junho de 1975.
- ²¹ Pontualmente foram objecto de notícias problemas relacionados com o Diário de Lisboa, Emissora Nacional e Rádio Clube Português. Não obstante, a partir de Outubro, um novo conflito, envolvendo trabalhadores do jornal O Século, mereceu bastante atenção por parte do Jornal Novo.
- ²² Jornal Novo, 30 de Junho de 1975.
- ²³ Pretendendo promover um entendimento entre as diversas forças políticas e militares, de acordo com Maria Inácia Rezola, “o PAP encerra inúmeras ambiguidades e contradições”, uma vez que a “via proposta é sui generis: uma via socialista a atingir com a participação dos partidos e das organizações populares de base, sob a firme autoridade e controlo do CR” (2006: 260). No que respeita à comunicação social, são evidentes as propostas de controlo da informação.
- ²⁴ Jornal Novo, 21 de Junho de 1975.
- ²⁵ Jornal Novo, 4 de Julho de 1975.
- ²⁶ Jornal Novo, 29 de Julho de 1975.
- ²⁷ Jornal Novo, 5 de Agosto de 1975.
- ²⁸ Jornal Novo, 5 de Agosto de 1975.
- ²⁹ Jornal Novo, 6 de Agosto de 1975.
- ³⁰ Jornal Novo, 7 de Agosto de 1975.
- ³¹ Jornal Novo, 8 de Agosto de 1975.
- ³² Jornal Novo, 9 de Agosto de 1975.

³³ Jornal Novo, 19 de Agosto de 1975.

³⁴ Jornal Novo, 9 de Agosto de 1975.

³⁵ Jornal Novo, 11 de Agosto de 1975.

³⁶ Idem.

³⁷ Relatório do Conselho de Imprensa (1979), A Imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975), Lisboa: Edição do Conselho de Imprensa, p. 52.

³⁸ Jornal Novo, 9 de Setembro de 1975.

³⁹ Jornal Novo, 13 de Outubro de 1975.

⁴⁰ Torquato da Luz, "Que Imprensa? Que independência?", Jornal Novo, 17 de Outubro de 1975.

⁴¹ Jornal Novo, 3 de Novembro de 1975.

⁴² Jornal Novo, 18 de Novembro de 1975.

Bibliografia

- Cádima, F. R. (2001), Os «Media» na Revolução (1974-1976). In O País em Revolução, coord. J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Editorial Notícias, 321-358
- Figueira, J. (2007), Os Jornais como Actores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975, Coimbra: Minerva Coimbra
- Gomes, P. M. (2012), A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do «Diário de Notícias» (1974-1975), Revista Estudos em Jornalismo e Mídia 9 (2): 368-382
- Maxwell, K. (1999 [1995]), A Construção da Democracia em Portugal, Lisboa: Presença
- Mesquita, M. (1994a), Os Meios de Comunicação Social. In Portugal 20 Anos de Democracia, dir. António Reis, Lisboa: Círculo de Leitores, 361-405
- Mesquita, M. (1994b), O Caso República. Um incidente crítico, Revista de História das Ideias 16: 507-554
- Mesquita, M. e Rebelo, J. (org.) (1994), O 25 de Abril nos media internacionais, Porto: Afrontamento
- Reis, A. (1993), A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização. In Portugal Contemporâneo, dir. António Reis, vol.6, Lisboa: Publicações Alfa, 13-62.
- Rezola, M. I. (2006), Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976), Lisboa: Campo da Comunicação
- Ribeiro, N. (2002), A Rádio Renascença e o 25 de Abril, Lisboa: Universidade Católica Editora
- Santos, P. B. (2005), Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975. O Caso Rádio Renascença, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Silveira, J. F. (2011), A Construção do Sistema Informativo em Portugal no Séc. XX, Lisboa: Colibri
- Telo, A. J. (2008), História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade, vol. I, Lisboa: Presença